

ACM agiliza votação da reforma agrária

Garantia de colocar na ordem do dia três propostas sobre o tema é dada pelo presidente do Senado durante audiência concedida aos líderes dos trabalhadores sem-terra



Antonio Carlos promete aos sem-terra fazer "tudo o que não seja anti-regimental" para votar propostas

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, assegurou aos líderes do Movimento dos Sem-Terra (MST), recebidos em audiência na manhã de sexta-feira, sua determinação de realizar "imediatamente" a votação dos três projetos relativos à reforma agrária em tramitação na Casa.

Antonio Carlos Magalhães explicou aos representantes do MST que já havia encarregado o senador Roberto Freire (PPS-PE), autor de um dos projetos, de encaminhar a agilização da votação, levando as propostas da comissão ao plenário no tempo mais curto possível. Garantiu ainda que, na condição de presidente, fará "tudo o que não seja anti-regimental" para concluir logo essa tramitação.

- Assumo o compromisso de resolver esta parte. Vamos atendê-los, pois já era esse nosso desejo. Há três projetos sobre o assunto na Casa, que tratam da revisão de indenizações mal calculadas e das desapropriações, cuja votação considero pacífica - disse o senador.

Antonio Carlos concordou com a necessidade de adoção de uma política agrária como condição indispensável para o sucesso das reformas pretendidas no campo.

■ Leia mais sobre o tema nas páginas 4 e 5

Proposta em estudo combate a impunidade

O senador Antonio Carlos Magalhães anunciou também que já ordenou estudos e vai propor em breve medidas que permitam a punição, rápida e efetiva, para crimes como o massacre de Eldorado dos Carajás.

- Temos que fazer uma legislação que acabe com os meios protelatórios que facilitam a ação dos advogados de clientes poderosos, corruptos ou violentos, que infelizmente ficam sem julgamento. Vamos mudar a legislação

atual, que é feita para não punir - disse.

Segundo Antonio Carlos Magalhães, a saída que parece mais fácil é aprovar no Congresso uma legislação específica, pois a outra alternativa, que é a revisão do Código de Processo Penal, é de tramitação lenta. Sua intenção é a de instituir um rito especial para "crimes contra a sociedade" - casos como o massacre de Eldorado dos Carajás e também os delitos de corrupção. A proposta poderá ser

apresentada pelo próprio senador ou, talvez, como uma iniciativa da Mesa do Senado.

A audiência foi acompanhada pelos senadores Pedro Simon (PMDB-RS), Eduardo Suplicy (PT-SP), Marina Silva (PT-AC), José Eduardo Dutra (PT-SE), Ademir Andrade (PSB-PA) e Lauro Campos (PT-DF), pela deputada Maria Laura (PT-DF) e pelos deputados Aldo Rebelo (PC do B-SP) e Alcides Mordesto (PT-BA).

Semana começa com apreciação de regras para MPs

Substitutivo de Fogaça pode ser votado hoje pela CCJ e amanhã pelo plenário. Página 7

Ademir condena prorrogação do FEF

Senador destaca que Fundo de Estabilização Fiscal, que governo pretende renovar por mais 2 anos, representou em 94 e 95 prejuízo de R\$ 3 bilhões aos governos e prefeituras

Ademir Andrade (PSB-PA) conclamou sexta-feira os congressistas, os governadores e os prefeitos a impedirem que o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), instituído em 1994 em substituição ao Fundo Social de Emergência, e prorrogado até o próximo mês de junho, tenha sua vigência nova-

mente prorrogada.

Informou o senador que o governo tem a intenção de prorrogá-lo até o ano 2000, de acordo com emenda constitucional que tramita na Câmara dos Deputados. Ademir Andrade destacou que o FEF retira 20% dos valores de to-

União "para que o Executivo utilize essa soma da forma que julgar melhor".

Para o senador, o governo federal fica, assim, com "o poder total" sobre esses recursos, enquanto os municípios e os estados sofrem prejuízos, já que perdem uma parcela dos Fundos de Participação dos

Estados e dos Municípios.

O senador informou que, em 1994 e 1995, os governos e prefeituras tiveram um prejuízo de R\$ 3 bilhões. No segundo semestre de 96, esse prejuízo foi de R\$ 840 milhões e, este ano, a perda deverá chegar a R\$ 1 bilhão e 800 milhões.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***Projeto de Resolução nº 45/97**, que autoriza o governo do estado da Bahia a contratar operação de crédito externo, com a garantia do Brasil, junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial), no valor de até US\$ 100 milhões, equivalentes a R\$ 103,9 milhões, em 31.12.96, cujos recursos serão destinados ao financiamento parcial do projeto de gerenciamento da infra-estrutura municipal da Bahia, no âmbito do Programa de Desenvolvimento Urbano Regional (Produr); e ***Projeto de Resolução nº 46/97**, que autoriza o Brasil a conceder garantia à operação de crédito externo no valor de US\$ 300 milhões, de principal, entre o The Export Import Bank of Japan (Jexim) e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

COMISSÕES

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Reexame das PECs que definem novas regras para edição e tramitação de medidas provisórias. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

18h - Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: 1ª parte: Exposição do secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Pullen Parente; do diretor do BC, Paulo Henrique Maria Zaghen; e do secretário da Fazenda do estado de Minas Gerais, José Eraldo Lima, objetivando a instrução da Mensagem nº 87/97, que encaminha contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o estado de Minas Gerais, no âmbito do programa de apoio à reestruturação ao ajuste fiscal dos estados, destinado à capitalização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. - Credireal.

2ª parte: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***Ofício "S" nº 23/97 (não terminativo)**, que encaminha solicitação do governo do estado do Rio Grande do Norte para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Biró, no valor de US\$ 24 milhões, cujos recursos serão destinados à implementação do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor do Rio Grande do Norte; e ***Ofício "S" nº 92/97 (não terminativo)**, que encaminha solicitação da prefeitura municipal de Cordeiro-RJ, para contratar operação de crédito junto ao Banerj, no valor de R\$ 400 mil, cujos recursos serão destinados à execução de intervenções urbanas e rurais.

PREVISÃO PARA OS PRÓXIMOS DIAS

PLENÁRIO

Quarta-feira (23.04.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

(Obs.: O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente será dedicado a homenagear o centenário de nascimento de Alfredo da Rocha Viana Júnior, o Pixinguinha.)

Pauta: Apreciação das seguintes matérias: ***Substitutivo ao PLS nº 207/95**, que altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/40 - Código Penal; ***PLS nº 142/96**, que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural; e votação em primeiro turno das ***PECs nºs 1, 4, 11, 20, 65/95 e 7/97 (tramitam em conjunto)**, que tratam da adoção de medidas provisórias.

Quinta-feira (24.04.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: ***PLS nº 78/96**, que dispõe sobre a remissão de créditos tribu-

rios federais de pequeno valor.

Sexta-feira (25.04.97)

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Primeiro dia de discussão, em turno único, da ***PEC nº 4/97**, que permite reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos.

COMISSÕES

Quarta-feira (23.04.97)

10h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PEC nº 53/95**, que acrescenta parágrafos ao art. 14 da Constituição, dispondo sobre a ação de impugnação de mandato eletivo; ***PEC nº 47/95**, que institui a Justiça Agrária; ***PEC nº 12/91**, que cria o Conselho Nacional de Justiça; ***PEC nº 46/95**, que dispõe sobre o tratamento tributário dispensado aos produtos integrantes da cesta básica; ***PEC nº 35/96**, que regula a disciplina partidária; ***PEC nº 42/95**, que dispõe sobre a competência privativa da Câmara dos Deputados na iniciativa de leis que instituam ou aumentem impostos; e ***PLC nº 05/97**, que cria, no Serviço Exterior Brasileiro, as carreiras de Oficial de Chancelaria e de Assistente de Chancelaria. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

11h - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: Audiência pública com a participação do ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Evandro Lins e Silva, que fará exposição sobre a PEC nº 54/95, que trata do efeito vinculante de decisões sumuladas do STF. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do diretor da empresa Boasafra, Fausto Solano Pereira; do diretor da IBF Factoring, Ibrahim Borges Filho; do diretor da Split, Enrico Picciotto; e dos ex-office-boys da Split, Alex Sandro Sá Teles dos Santos e Sandro Luís Cipriano. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

ESPECIAL

9h às 13h - Seminário Internacional sobre a Previdência

Pauta: A experiência internacional. *Audatório Patrônio Portella*

14h30 às 18h30 - Seminário Internacional sobre a Previdência

Pauta: Desafios da Seguridade Social no Brasil. *Audatório Patrônio Portella*

Quinta-feira (24.04.97)

17h - CPI dos Precatórios

Pauta: Depoimento do diretor do Banco Bradesco S.A., Katsumi Kihara; e dos diretores da Arjel, Augusto Cesar Falcão de Queiroz, José Roberto Barbosa Peçanha, Antônio da Cunha Vilas Boas e Luiz Antônio Mora. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho*

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: ***PLC nº 309/95 (terminativo)**, que altera o inciso II do art. 20 da Lei nº 8.036/90, a fim de permitir ao empregado a movimentação de sua conta vinculada no FGTS, quando da declaração judicial da falência da empresa; ***PLS nº 23/95 (não terminativo, tramitando em conjunto com os PLSs nºs 176 e 180/96)**, que institui a dedução na declaração anual de rendimentos da pessoa física dos gastos com trabalhadores domésticos; ***Emendas da Câmara dos Deputados ao PLS nº 10/92 (não terminativo)**, que dispõe sobre o exercício da profissão de bibliotecário; e ***PLS nº 126/95 (terminativo)**, que dispõe sobre a obrigatoriedade de aprovação, pelo Congresso Nacional, das decisões do Conselho Curador do FGTS, da Caixa Econômica Federal. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*



Joel de Hollanda

Joel de Hollanda registra 25 anos da Globo Nordeste

O senador Joel de Hollanda (PFL-PE) congratulou na sexta-feira os diretores, jornalistas, técnicos e funcionários da Rede Globo Nordeste, pelo 25º aniversário da emissora de Pernambuco, comemorado em 21 de abril. A data, na opinião do senador, é significativa, em razão da importante contribuição que a emissora trouxe à vida econômica e social do estado.

Joel de Hollanda lembrou que o primeiro programa levado ao ar pela emissora foi a *Discoteca do Chacrinha*, apresentado por Abelardo Barbosa, nascido na cidade pernambucana de Surubim. A seu ver, desde a sua fundação, a Rede Globo Nordeste tem se empenhado em criar programas que incentivem talentos regionais.

Para demonstrar o esforço empreendido pela emissora visando a auxiliar no desenvolvimento da região, Joel de Hollanda citou os programas *Minutos no Campo* e *Uniglobo*, que permitem ao meio acadêmico "travar um proveitoso diálogo com o público".

O senador disse, ainda, que o programa *Globo Comunidade*, hoje estendido a todos os estados onde a Rede Globo atua, foi criado no Nordeste.



Antonio Carlos Magalhães recebe José Maria Aznar, que foi depois saudado em plenário

Primeiro-ministro da Espanha visita Senado

Chefe do governo espanhol fala a Antonio Carlos Magalhães do interesse de seu país em estreitar o relacionamento com o Brasil

Uma demonstração de amor ao regime democrático. Este foi, na interpretação do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, o espírito da visita feita na sexta-feira pelo primeiro-ministro da Espanha, José Maria Aznar, ao Congresso Nacional.

O visitante foi recepcionado no Salão Nobre do Senado, onde Antonio Carlos Magalhães encontrava-se acompanhado do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

O primeiro-ministro Aznar

destacou o interesse de seu país no estreitamento de relações com o Brasil e com seu Poder Legislativo.

O presidente do Senado disse que visitas como a do primeiro-ministro espanhol contribuem para o processo de globalização e integração econômica do Brasil com os demais países.

Para o senador, nem mesmo a criação de blocos regionais, como na Europa (Mercado Comum Europeu), nas Américas (Mercosul e a futura Alca) e

na Ásia, deverá atrapalhar a caminhada da integração e da globalização. No final, todos os blocos tenderão a elevar suas inter-relações, concluiu.

O presidente do Senado levou o visitante ao plenário da Casa, onde ele foi saudado pela senadora Emília Fernandes (PTB-RS) e pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Em seguida, José Maria Aznar assinou o livro de honra da Casa, e foi ao encontro do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer.

Senadores homenageiam José Aznar em plenário

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) interrompeu discurso que fazia sobre a marcha dos sem-terra para saudar o primeiro-ministro da Espanha, José Maria Aznar, e sua comitiva, que estiveram, no final da manhã da sexta-feira, no plenário do Senado, na companhia do presidente Antonio Carlos Magalhães e do senador Waldeck Ornelas (PFL-BA).

Suplicy disse que o Brasil tem muito o que aprender com a Espanha, especialmente com o processo de democratização daquele país, ocorrido nas últimas décadas.

Em nome do PT, o senador disse que seu partido tem maior afinidade com as forças progressistas "mais à esquerda", e elogiou a alternância democrática no poder que se verifica tanto na Espanha quanto no Brasil. Suplicy elo-

giou também um programa de renda mínima existente na Espanha, e informou que, no Brasil, o assunto está sendo discutido.

Já a senadora Emília Fernandes (PTB-RS), que presidia a sessão, saudou os visitantes em nome da Mesa, manifestando a certeza de que o Senado e o Brasil acolham com satisfação o primeiro-ministro espanhol e sua comitiva.

REFORMA AGRÁRIA

Marina conclama presidente a liderar o processo de mudanças

Na opinião da senadora, os que se identificam com as causas populares têm obrigação de solidarizar-se com movimento dos sem-terra

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse sexta-feira que, depois do êxito da marcha do Movimento dos Sem-Terra (MST), "uma das maiores manifestações sociais dos últimos 50 anos", caberá ao presidente da República implementar as medidas necessárias para tornar a reforma agrária uma



Marina Silva

realidade. No entendimento da senadora, Fernando Henrique Cardoso deve liderar a sociedade brasileira em direção à mudança da estrutura fundiária do país.

- Não se faz reforma agrária com restos do Orçamento, mas sim com muito dinheiro e determinação - ga-

rantiu. Marina Silva rebateu as críticas sobre a presença de muitos "caronas" na mobilização de quinta-feira (dia 17). Na opinião da senadora, os que se identificam com as causas populares tinham a obrigação de levar solidariedade ao movimento que hoje, a seu ver, é um consenso nacional. "Me sentiria mal se não tivesse participado", disse.

Ademir contesta críticas relativas a oportunismo

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) contestou sexta-feira as críticas feitas pela imprensa à participação de políticos na marcha dos sem-terra. Segundo o senador, "setores da imprensa que sempre se colocaram contra a implantação da reforma agrária, sempre defenderam posições conservadoras do governo e do Congresso, agora voltam à carga contra os políticos que sempre estiveram ao lado desse movimento".

Ademir Andrade citou matéria publicada pelo jornal *O Globo* e noticiário da TV Manchete em que políticos são acusados de participar, de maneira oportunista, da mobilização dos trabalhadores rurais sem-terra. O senador disse que a acusação é injusta, porque tais políticos sempre estiveram nessa luta, à frente desses movimentos, solidários com a reforma agrária.



Ademir

Para Lauro, FHC só pensa em se reeleger

Lauro Campos (PT-DF) afirmou sexta-feira que as tentativas feitas por autoridades brasileiras no sentido de "inibir e congelar" o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) resultam do distanciamento do presidente Fernando Henrique Cardoso das aspirações populares e dos compromissos que assumiu com a sociedade antes de ser eleito. Conforme sustentou, "a metáfora do presidente é, agora, a própria reeleição".

Na opinião de Lauro, a necessidade de o presidente ver aprovada a proposta de reeleição sem que seja preciso desincorporar-se "marcou de forma incontestável o avanço de medidas autocráticas, despóticas, que caracterizam este governo". A seu ver, Fernando Henrique fez "conchaivos" para ganhar o voto da bancada ruralista e "se abalou até Roma para falar com o papa que os padres brasileiros estavam agindo de forma pe-

rigiosa".

- Hoje, os jornais da Europa e da América do Norte reservam lugar de destaque para registrar o desdobramento do MST, a sua organização e a consciência de que, nas condições atuais da sociedade brasileira, o tempo já está maduro para que esse movimento venha a se transformar e a se somar a outros que existem nas cidades, em

busca de transformações reais para o Brasil. O Movimento dos Sem-Terra tornou-se maior que o governo brasileiro - garantiu.

Lauro Campos disse que a mudança de personalidade do presidente da República ficou evidente quando ele se recusou a receber os líderes do Movimento Sem-Terra, tendo depois revisto sua posição, apesar de ter escrito em livros "que só nesses movimentos de base seria possível detectar um processo revolucionário capaz de modificar as estruturas arcaicas do Brasil".



Lauro Campos

Suplicy afirma que marcha comoveu e conquistou respeito

Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou sexta-feira que a Marcha dos Trabalhadores Sem-Terra pela Reforma



Suplicy

Agrária, Emprego e Justiça comoveu o país e obteve o respeito de todos. Ele cobrou das autoridades federais um contato maior com os trabalhadores rurais, e visitas aos lugares onde há tensão por causa da questão agrária.

Suplicy criticou declaração do ministro da Fazenda, Pedro Malan, de que a marcha dos sem-terra de nada adiantaria. "Como se não adiantasse a marcha dos empresários ao Ministério da Fazenda. O ministro Malan deveria fazer um exame de consciência para ver em sua agenda diária quantos presidentes de bancos, de instituições financeiras, de entidades empresariais já recebeu, e quantas vezes recebeu os sem-terra", acrescentou.

O senador registrou os quatro pontos levantados pela liderança dos sem-terra em reunião com o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães: críticas ao governo, em função de sua política agrícola; a impunidade após um ano do massacre ocorrido em Eldorado dos Carajás; a importância de o Congresso votar os projetos relativos à reforma agrária; e um pedido para que os parlamentares sustentem junto ao presidente Fernando Henrique Cardoso a necessidade de mudanças efetivas na política agrária.

Eduardo Suplicy rebateu as críticas de parte da imprensa de que políticos estariam sendo oportunistas e tomando carona na marcha dos trabalhadores rurais.

REFORMA AGRÁRIA

Romero Jucá critica tentativa de partidarização do movimento

Para o senador, estão equivocados aqueles que condicionam o êxito dos sem-terra a uma derrota do governo: "Só haverá vencedores"

Romero Jucá (PFL-RR) criticou sexta-feira a tentativa de partidarização do movimento em defesa da reforma agrária. Ele disse que estão equivocados aqueles que condicionam o êxito do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) a uma derrota do governo. "Esta é uma luta na qual não existem perdedores, mas apenas vencedores", observou.

Para o senador, o atual governo é um dos que mais tem se

empenhado em realizar as transformações necessárias à estrutura agrária do país. Nesse sentido, Jucá considerou um desserviço o noticiário de alguns jornais - ele citou nominalmente a *Folha de S. Paulo* - que, na edição de sexta-feira, traziam manchete afirmando que o MST derrotou Fernando Henrique.

Romero Jucá destacou tam-



Romero Jucá

bém a portaria assinada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, contendo uma nova pauta de produtos beneficiados com a isenção de impostos para importação pela Amazônia Legal.

De acordo com o senador, a portaria obedece ao compromisso do presidente da República com o desenvolvimento sustentável da região.

Emília destaca unidade que trabalhadores conquistam

Emília Fernandes (PTB-RS) disse sexta-feira que o governo precisa ouvir os protestos populares, "indispensáveis ao processo de fortalecimento da democracia e da cidadania". A seu ver, a manifestação promovida em Brasília pelos sem-terra é uma demonstração inequívoca da unidade que começa a surgir entre os trabalhadores.

- O movimento que nós vi-



Emília

mos, que começa a nascer no coração e no sentimento não apenas dos sem-terra, mas de todos os desempregados, de todos os trabalhadores que estão em dificuldade, é um movimento de reação, de apoio a uma caminhada persistente e objetiva, que deve ser olhado com muita atenção. É um movimento legítimo, que se levanta contra a impunidade e a violência e, enfim, con-

tra medidas que estão sendo tomadas - advertiu a senadora.

Emília Fernandes considera um marco histórico a marcha realizada pelo MST, bem como a adesão da sociedade aos ideais defendidos pelos sem-terra. Ela destacou que os professores do Rio Grande do Sul permaneceram na quinta-feira em vigília, em frente ao Palácio Piratini, associando-se a outros trabalhadores de todo o país que protestaram ao lado dos sem-terra.

Pedro Simon culpa Congresso por atraso

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou sexta-feira que o Congresso, desde o governo João Goulart, tem sido mais responsável que o Executivo pelo atraso da reforma agrária no país.

Na sua opinião, o Congresso "manteve as propostas na gaveta, durante anos a fio". Ele sugeriu que o presidente do Senado, em sua audiência com os sem-terra, não se limitasse a recebê-los com fidalguia e dissesse que "o Congresso não vai continuar

nessa apatia".

Para Simon, se a marcha dos sem-terra a Brasília foi muito importante, mais ainda será o dia seguinte a ela, quando se verificará se a caminhada terá resultado ou não em novas frustrações.

Segundo o senador, não se trata de o governo e o Congresso fazerem milagres, tomarem atitudes bombásticas, recorrem a soluções mirabolantes ou gerarem manchetes, mas de as-



Pedro Simon

sumirem a disposição de equacionar os problemas relativos à reforma agrária e à definição de uma política agrícola para o país.

Em aparte, Bernardo Cabral (PFL-AM) concordou que o país espera maior agilidade do Congresso em matéria de reforma agrária. Lauro Campos (PT-DF), por sua vez, elogiou a independência política com que Simon defendeu sua posição.



Jefferson Peres

Jefferson considera "vexame" a defesa do extrateto

Jefferson Peres (PSDB-AM) classificou sexta-feira de "um episódio vexaminoso" a defesa de um extrateto que permitia aos parlamentares acumular salário com aposentadoria. Na sua opinião, o extrateto atribui privilégios aos políticos, enquanto se negam até mesmo reajustes para o funcionalismo.

Ele lamentou que o presidente da República tenha feito acordo nesse sentido, mesmo vindo a recuar depois, e disse esperar que o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, resista às pressões favoráveis ao aumento imediato dos subsídios de deputados e senadores, decorrente da fixação de um teto superior ao atual.

- Qualquer que seja o pretexto, esse aumento é inconstitucional - frisou Jefferson Peres, para quem a posição dos deputados foi orientada "pelos velhos vícios que marcam boa parte da classe política".

Outro vício, a seu ver, é o do oportunismo, patenteado na marcha dos sem-terra a Brasília. Segundo o senador, políticos que não andam sequer um quilômetro prestaram-se ao "espetáculo deprimente de caminhar cinco quilômetros para aparecer na tevê".

Jefferson Peres disse também que a briga envolvendo os líderes do PSDB e do PFL na Câmara, respectivamente, Aécio Neves e Inocêncio Oliveira, indica que eles "perderam totalmente a noção de ridículo". Após se digladiarem verbalmente ao longo dessa semana, agora partiram para a ameaça do duelo, lamentou o senador.

Francelino: Orçamento precisa ser cumprido

Ao elogiar escolha de Ney Suassuna para presidente da comissão, senador afirma que se buscará em contato direto com o governo conhecer necessidades mais urgentes do país

Flaviano cobra medidas contra a prostituição infantil

O senador Flaviano Melo (PMDB-AC) cobrou um esforço dos governos estaduais e municipais no sentido de resolver



Flaviano

a questão da prostituição infantil no Brasil. Segundo ele, a Campanha de Combate à Exploração do Turismo Sexual Infantil, lançada pelo governo federal, foi um passo, mas, conforme acentuou, "é urgente um trabalho para enfrentar o problema de uma vez por todas".

— É preciso também envolver toda a população nesta ação, fazendo-a ver que, se o problema toma dimensão cada vez maior, somos todos responsáveis. A sociedade é conivente quando se cala, quando não denuncia, quando permite que bandidos se aproveitem de nossas crianças e não pressionam para obrigar as autoridades a cumprir sua obrigação — disse.

Depois de citar recente reportagem do *Jornal Nacional*, da TV Globo, sobre crianças se prostituindo no Recife, em Belém e em Tarauacá, no Acre, Flaviano Melo lembrou a promessa de que o governo federal, por meio do Ministério da Justiça, vai montar uma operação de combate à prostituição na região Norte.

Conforme o senador, essa operação incluirá o fechamento de bares e boates que explorem menores sexualmente, além de promover campanhas de esclarecimento pelo rádio e pela televisão.

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou na sexta-feira ser indispensável que os congressistas "assumam o compromisso de aperfeiçoar o processo de análise e votação" do Orçamento da União, para que essa lei seja realmente cumprida.

Ao elogiar a eleição do se-



Francelino Pereira

namor Ney Suassuna (PMDB-PB) para presidente da Comissão Mista de Orçamento, e a designação do deputado Aracely de Paula (PFL-MG) para relator-geral,

Francelino disse que aqueles dois parlamentares lutarão pelo contínuo "aperfeiçoamento da análise e apreciação da peça orçamentária".

— A comissão procurará, mediante um contato direto com o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e seus ministros, conhecer as necessidades mais urgentes nos campos social, econômico e cultural do país. Essa atividade já se inicia com o processo de elaboração do Orçamento, que correrá no âmbito do Ministério do Planejamento — acrescentou.

Venda da Urucum para a Vale foi conduzida pelo Vetor, diz Tebet

O processo de avaliação que resultou na venda da Mineradora Urucum para a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) foi feito sem licitação e conduzido pelo banco Vetor, envolvido nas irregularidades com emissão de títulos públicos estaduais e municipais para o pagamento de precatórios, disse sexta-feira o senador Ramez Tebet (PMDB-MS).

Ele garantiu que a compra foi ilegal, como alegam os governos de Mato Grosso e de Mato Grosso do Sul em ação popular, e afirmou sua convicção de que o BNDES encontrará, junto ao Conselho Nacional de Desestatização, uma fórmula que compense aqueles estados pela perda da maior reserva de manganês do país.

Ramez Tebet lamentou que, por 6 votos a 5, o Tribunal de Contas da União (TCU) tenha reformulado, no dia 17, sua decisão anterior de considerar a venda da Urucum para a Vale como inconstitucional, por não ter sido autorizada nem ratificada pelo Congresso Nacional.

O senador disse que os governos dos dois estados manterão o questionamento judicial à privatização da Urucum juntamente com a CVRD. Conforme Tebet, para desobstruir o processo de privatização da Vale, o Conselho Nacional de Desestatização deu aos

governadores Dante de Oliveira (MT) e Wilson Campos (MS) a opção de recompra da Urucum pelos mesmos R\$ 17 milhões, preço com que foi vendida. Ambos recusaram a proposta por falta de recursos, garantiu.

Presidente da CPI da Mineração, encerrada no ano passado, Tebet destacou que a CPI constatou que "todo o processo de compra da Urucum foi ilegal e irregular".

Em aparte, o senador Romero Jucá (PFL-RR), que foi relator da CPI da Mineração, confirmou ter a comissão constatado "questões nebulosas" na venda da Urucum para a Vale. Para ele, o resultado apertado do julgamento do TCU, de 6 a 5, justifica a espera de solução judicial e a retirada da mineradora do leilão de privatização da Vale.



Ramez Tebet

Ignácio alerta que criação de estados requer prudência

O senador José Ignácio Ferreira (PSDB-ES) chamou a atenção para a necessidade de um estudo



Ignácio

"prudente e objetivo" a respeito da criação de novos estados brasileiros. O senador usou como exemplo o Amazonas e o Pará, estados cuja dimensão instiga propostas de subdivisão.

Para Ignácio, no entanto, a viabilidade econômica, e não o tamanho, "é uma das condições fundamentais para a subdivisão de um estado". José Ignácio Ferreira disse ainda que, antes de se pensar em criar novas unidades federativas, é urgente que os estados já existentes se tornem mais eficientes.

— A criação de um novo estado implica a criação de toda uma infra-estrutura administrativa. Sabemos das dificuldades das burocracias estaduais em se reciclar. Criar outros estados, enquanto eles não estiverem preparados economicamente para tal, significa aumentar o problema — ressaltou.

Mudanças nas MPs devem ser votadas amanhã

Hoje, às 10h, a CCJ reúne-se para apreciar a matéria, que voltou à comissão por decisão do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, a pedido do relator, José Fogaça

O substitutivo de José Fogaça (PMDB-RS) às propostas de emendas à Constituição que alteram a edição de medidas provisórias deve ser votado amanhã, pelo plenário do Senado. A matéria será apreciada hoje, às 10h, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que discutirá mudanças das atribuições administrativas do presidente da República, previstas no substitutivo. A necessidade dessas alterações foi o motivo do retorno da proposta à CCJ.

Pelo substitutivo de Fogaça, a vigência de uma MP passa a

ser de 90 dias, sem direito à reedição, podendo o presidente da República pedir uma única prorrogação por mais 90 dias.

Hoje, o plenário deve votar duas autorizações de empréstimos externos: um no valor de R\$ 103,9 milhões junto ao Banco Mundial, destinados à Bahia, e outro de US\$ 300 milhões, junto ao Eximbank japonês, para o BNDES. Ainda hoje, os senadores apreciam requerimento de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) solicitando a tramitação conjunta de dois projetos de lei que tratam



José Fogaça

de sigilo bancário.

O plenário também discute amanhã, em turno suplementar, projeto de lei de Júlio Campos (PFL-MT) que especifica o crime de reduzir alguém a condição análoga à de escravo e aumenta a pena para quem cometer tal delito. Ainda na mesma sessão, os senadores

apreciam o projeto de José Eduardo Andrade Vieira (PTB-PR) que estende o benefício do seguro-desemprego ao pequeno produtor rural.

Na quinta-feira será discutido, em turno único, projeto de lei de João França (PMDB-RR) cancelando os débitos de dívida ativa com a Fazenda Nacional que não ultrapassem R\$ 9 mil.

A proposta de emenda à Constituição que permite a reeleição de presidente da República, governadores e prefeitos terá seu primeiro dia de discussão na sexta-feira.

CAE examina contrato destinado a ajuste fiscal

A Comissão de Assuntos Econômicos, presidida por José Serra (PSDB-SP), reúne-se hoje, às 18h, para analisar a mensagem que encaminha contrato celebrado entre a Caixa Econômica Federal e o estado de Minas Gerais, no âmbito do programa de apoio à reestruturação ao ajuste fiscal dos estados, destinado à capitalização do Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. (Credireal).

Com o objetivo de instruir a matéria, serão ouvidos o secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente; o diretor do Banco Central do Brasil, Paulo Henrique Maria Zaghen; e o secretário da Fazenda do estado de Minas Gerais, José Eraldo Lima.

Em seguida, serão apreciadas diversas matérias, dentre elas ofício que encaminha solicitação do governo do estado do Rio Grande do Norte para contratar operação de crédito externo, com garantia da União, junto ao Bird, no valor de US\$ 24 milhões, cujos recursos serão destinados à implementação do Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor do Rio Grande do Norte.

Cabral informa que Supremo poderá decidir esta semana sobre habeas corpus

O presidente da CPI dos Precatórios, Bernardo Cabral (PFL-AM), disse sexta-feira que nesta semana o ministro Carlos Mário Velloso, do Supremo Tribunal Federal, deverá dar um despacho definitivo sobre o *habeas corpus* impetrado por Pedro Neiva Filho, ex-funcionário da prefeitura de São Paulo, suspeito de integrar a cadeia montada para lucrar com títulos emitidos para pagamento de precatórios.

Recebido na quinta-feira pelo ministro, a quem entregou a resposta do Senado ao processo de *habeas corpus*, Cabral informou ter deixado bem claro seu entendimento quanto à "total impossibilidade jurídica do pedido". Na opinião do presidente da CPI, o caso não era sequer de *habeas corpus*, já que o impetrante não alegou violência, coação ou ameaça à liberdade de locomoção, nem pediu proteção à sua liberdade de ir e vir.

- Salta aos olhos a total propriedade desse pedido - disse Cabral, certo de que, ao omitir ao ministro que a CPI não estava ouvindo suas conversas telefônicas, mas apenas

rastreamento de linhas e aparelhos, Pedro Neiva tentou induzir a Justiça em erro.

Cabral negou também que os integrantes da CPI tenham dado tratamento desrespeitoso a Pedro Neiva, e entregou ao ministro Velloso notas taquigráficas demonstrando que o depoente foi tratado cortesmente, tratamento este reconhecido na ocasião pelo próprio advogado que o acompanhava.

Para o senador, se o legislador quis que as CPIs tivessem



Bernardo Cabral

poder de investigação, não poderia negar-lhes os meios para investigar, daí porque, a seu ver, uma comissão como a que investiga a emissão de títulos públicos tem poder de determinar rastreamento de ligações telefônicas.

CPI dos Precatórios reinicia depoimentos

A CPI dos Precatórios, presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), reinicia amanhã, às 17h, a tomada de depoimentos, quando serão ouvidos os diretores da empresa Boasafra, Fausto Solano Pereira, da IBF Factoring, Ibrahim Borges Filho, e da Split, Enrico Picciotto, além dos *ex-office-boys* dessa empresa, Alex

Sandro Sá Teles dos Santos e Sandro Luís Cipriano.

Na quinta-feira (dia 24), também às 17h, prestarão depoimentos à CPI os diretores da Arjel Augusto César Falcão de Queiroz, José Roberto Barbosa Peçanha, Antônio da Cunha Vilas Boas e Luiz Antônio Mora, e o diretor do Banco Bradesco S/A, Katsumi Kihara.

Campos insiste em criar um conselho curador de poupança

Senador entende que a medida proporciona condições de se produzirem moradias para atender à população necessitada

O senador Júlio Campos (PFL-MT) voltou a defender a aprovação de projeto seu que autoriza o Poder Executivo a instituir um Conselho Curador de Recursos da Caderneta de Poupança, integrado por representantes do poder público, do empresariado dos setores imobiliário e financeiro, de pequenos aplicadores e de mutuários do SFH.

- Sabemos que a instituição de um conselho para cuidar dos recursos das cadernetas de poupança não é suficiente para resolver o problema habitacional deste imenso país, mas



Júlio Campos

pode evitar o desvio desses recursos para atividades diversas das previstas para esse tipo de poupança - argumentou.

Para o senador, "é preciso que as autoridades tenham em mente que o programa habitacional deve ser financiado com recursos provenientes das ca-

dernetas de poupança e do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço". Ele disse que, graças à utilização desses recursos, houve uma sensível melhora no padrão de moradia do povo brasileiro.

- O conselho possibilitará que pelo menos esses recursos sejam adequadamente aplicados, de modo a reduzir os efeitos de uma das maiores mazelas que atormentam este país imenso, que é a incapacidade de produzir moradias decentes para grande parte de seus cidadãos - concluiu o senador.

Requerimento de Simon obriga TCU a fazer auditoria nas loterias da Caixa

O Tribunal de Contas da União (TCU) deverá realizar auditoria na Gerência de Administração de Loterias (Gelot) da Caixa Econômica Federal (CEF) e na estatal Datamec, atendendo a requerimento aprovado do senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Simon argumenta que a CEF descumpriu a Lei das Sociedades Anônimas, ao

manter em situação pré-falimentar uma empresa estatal, Datamec, que a ela pertence.

Segundo o senador, a Caixa também desobedeceu à Lei nº 8.244, ao entregar para a iniciativa privada serviços públicos que constituem monopólio da União, no caso a exploração de loterias. O senador informou que a empresa privada ven-

cedora da licitação em questão não preenche os requisitos exigidos pela Lei das Licitações.

Em relação à Datamec, que tinha o monopólio na exploração de loterias, Simon afirma que é urgente uma ação fiscalizadora, para evitar que a empresa seja "asfixiada financeiramente" e destituída de funcionários qualificados no serviço de loterias.



Odacir Soares

Odacir critica ministro por política salarial

O senador Odacir Soares (PFL-RO) condenou o ministro da Administração, Bresser Pereira, por não reajustar os salários do funcionalismo, e criticou a declaração segundo a qual pedir aumento é "completamente ultrapassado e fora dos bons costumes do Brasil".

Frisando que os servidores estão sem reajuste desde fevereiro de 1995, Odacir lembrou que o Orçamento prevê a revisão salarial do funcionalismo público e tem dotação específica para esse fim, de cerca de R\$ 4 bilhões. "Agora, vem o ministro anunciar a intenção do governo de descumprir a lei. E eu pensava que desrespeitar a lei orçamentária estivesse fora dos bons costumes do Brasil", destacou.

- Se as autoridades não se convencerem de que, para reformar o Estado, o caminho não é negar direitos, que pelo menos homenageiem os servidores públicos e o povo com o seu silêncio - concluiu.

A SESSÃO DE SEXTA-FEIRA DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES VALMIR CAMPELO E ADEMIR ANDRADE E PELAS SENADORAS EMÍLIA FERNANDES E MARINA SILVA

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães - **1º Vice-Presidente:** Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise - **1º Secretário:** Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio - **3º Secretário:** Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho - Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Senado na Internet - <http://www.senado.gov.br>

O *Jornal do Senado* é distribuído também nos vãos da Vasp, Varig, Transbrasil e Líder que saem de Brasília

Jornal do Senado

Órgão do Senado Federal (Ato da Comissão Diretora nº 20, de 1996)
 - Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefones: (061) 311-3331 - 311-3333 - 311-3335 e Fax: 311-3137 - Brasília - DF

Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração - Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado - Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado - José do Carmo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Luiz e Wesley Carvalho
Fotos - Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Júlio Essucy
Revisão - Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
 Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.